

APOIO À ESTRUTURAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ao longo dos últimos exercícios, em especial de 2013 a 2016, a CGU atuou fortemente por meio de ações descentralizadas, executadas por suas unidades regionais nos estados. Neste contexto, as principais ações realizadas estão relacionadas a políticas desempenhadas pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), unidades vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Considerando os resultados dos trabalhos realizados, em especial das fiscalizações descentralizadas, que indicaram, de maneira geral, uma baixa capacidade de execução dos recursos nos estados e municípios, problemas pontuais e recorrentes de execução contratual, entre outros, a CGU optou em 2017 por focar seus esforços em uma abordagem mais centralizada, de avaliação das políticas públicas desempenhadas pelas unidades do MJSP.

HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DA CGU NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP

2015

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA ESTRATÉGIA NACIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS (ENAFRON)

Considerando a relevância e repercussão junto a estados e municípios de fronteira, sujeitos à entrada e saída de drogas, pessoas e mercadorias, influenciando diretamente na segurança pública em todo o país, a CGU realizou em 2015 um trabalho de avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da ENAFRON.

A referida estratégia foi instituída pela Senasp com a finalidade de fortalecimento da atuação dos órgãos estaduais e municipais de segurança pública nas regiões de fronteira (policias militares, civis, perícia, corpos de bombeiros militares, guardas municipais, etc). Até o encerramento do exercício de 2014 a Senasp havia descentralizado recursos da ordem de R\$ 342 milhões para, entre outros, a implantação de um sistema de radiocomunicação em 153 municípios prioritários na faixa de fronteira e o aparelhamento/reaparelhamento das instituições de segurança pública em atividade na faixa de fronteira.

RESULTADO	INEXISTÊNCIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	SOBREPREÇO
28% DOS RECURSOS PARA RADIOCOMUNICAÇÃO/VIDEOMONITORAMENTO REPASSADOS PELA SENASP AOS ESTADOS FORAM APLICADOS EM 2015		
80% DOS RECURSOS REPASSADOS PARA O REAPARELHAMENTO FORAM EMPENHADOS E EXECUTADOS PELOS CONVENIENTES		
DILATADO PRAZO DE VIGÊNCIA DOS CONVÊNIOS DEVIDO A SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES DE VIGÊNCIA		

2016-2017

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETOS DOS CONVÊNIOS

Entre o segundo semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2017 as equipes da CGU fiscalizaram 25 convênios em 10 estados da região de fronteira, com o objetivo de avaliar o cumprimento dos respectivos objetos.

RESULTADO	FISCALIZAÇÃO EM 10 ESTADOS DA REGIÃO DE FRONTEIRA
FALHAS NA GESTÃO PATRIMONIAL	MOROSIDADE NA EXECUÇÃO
FALHAS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL E NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	
IDENTIFICAÇÃO DE PREJUÍZOS POTENCIAIS DA ORDEM DE R\$760 MIL	

OBJETIVO DA AVALIAÇÃO DE 2017

Avaliar a governança das políticas federais de apoio à atuação dos estados e municípios.

OBJETO DA AVALIAÇÃO

PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS
EXISTÊNCIA E ADEQUABILIDADE DE UM MARCO REGULATÓRIO
EXISTÊNCIA DE OBJETIVOS CLAROS
DEFINIÇÃO DE ATORES E SUAS RESPONSABILIDADES
FORMAS DE MONITORAMENTO
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – DEPEN

2011

LANÇAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO SISTEMA PRISIONAL (PNASP)

Com meta inicial de geração de 42.500 vagas no sistema prisional, a CGU realizou um acompanhamento permanente da evolução do Programa, tendo efetuado diversas fiscalizações, além de participar ativamente do Grupo de Trabalho Coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, criado para acompanhar o desenvolvimento do PNASP.

2013

AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS UTILIZANDO MÓDULOS PRÉ-FABRICADOS

Foco em aspectos de engenharia, avaliando as premissas técnicas utilizadas no Sistema Construtivo Penitenciário (Siscopen), adotado pela empresa Verdi Construções Ltda – CNPJ 03.928.516/0001-99 (também denominada Verdi Sistemas Construtivos S/A), a qual já havia sido contratada por diversas unidades da federação sem o devido processo licitatório.

RESULTADO	INEXISTÊNCIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	SOBREPREÇO
AUSÊNCIA DE BOA RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO		
ATUAÇÃO DA CGU	BENEFÍCIO FINANCEIRO DE R\$45 MILHÕES	
CANCELAMENTO DE OBRAS DO PNASP JÁ CONTRATADAS PARA EXECUÇÃO PELA EMPRESA		

2015

BAIXA EFICÁCIA NA ENTREGA DAS OBRAS PROGRAMADAS NO PNASP

Avaliação em 15 unidades regionais que buscou identificar, sob a ótica dos 3 principais atores responsáveis pela condução de cada obra (gestor estadual, representante da Caixa Econômica Federal (CEF) no Estado e empresa contratada para execução da obra), os maiores entraves para o início da sua execução.

RESULTADO	PRAZOS EXCESSIVOS	FALHAS NOS EDITAIS DE LICITAÇÃO
INADEQUAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E LOCAL DE CONSTRUÇÃO		
DIFERENÇA NOS CUSTOS MÉDIOS POR VAGA CONTRATADA NOS ESTADOS		
ATUAÇÃO DA CGU	RECOMENDAÇÕES	
POSSIBILIDADE DE IMPLANTAR NOVAS REGRAS DE ACEITABILIDADE TÉCNICA DE TERRENOS		
REALIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DOS PROJETOS COMPLEMENTARES		
REVISÃO/MELHORAMENTO DOS PROJETOS DE REFERÊNCIA		

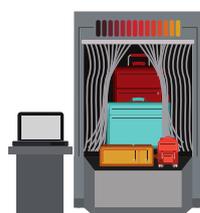
2016

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO LEGADO DOS JOGOS OLÍMPICOS PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL

O Depen, em parceria com a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE/MJSP), adquiriu equipamentos de inspeção eletrônica utilizados nos Jogos Rio 2016 e, posteriormente, realizou a sua doação para as unidades da Federação. Ao todo foram doados 823 portais, 381 equipamentos de raio-X e 505 raquetes, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 44,6 milhões. Os principais resultados esperados com esse legado são a redução da necessidade de revistas pessoais e maior efetividade no controle de entrada de materiais e equipamentos nos presídios.

O escopo do trabalho da CGU compreendeu, além da verificação da entrega e conformidade dos aparelhos, a confirmação de sua instalação e adequado funcionamento e benefícios resultantes para cada unidade penal. As fiscalizações realizadas pelas equipes da CGU compreenderam visitas in loco a unidades penais de 24 estados da Federação (não puderam ser visitadas unidades penais dos estados de Amazonas, Maranhão e Pernambuco).

RESULTADO	FISCALIZAÇÃO EM 24 ESTADOS DA FEDERAÇÃO
94% DOS EQUIPAMENTOS VISTORIADOS FORAM ENTREGUES CONFORME PREVISTO	
1/3 DOS PRESÍDIOS FISCALIZADOS HAVIA PELO MENOS UM EQUIPAMENTO RECEBIDO NÃO FUNCIONANDO OU APRESENTANDO FALHAS	
61% DAS UNIDADES FISCALIZADAS OS FUNCIONÁRIOS FORAM DEVIDAMENTE INSTRUÍDOS QUANTO AO USO DOS APARELHOS DOADOS	
EM 68% OS GESTORES AFIRMARAM QUE OS EQUIPAMENTOS SUPRIRAM AS CARÊNCIAS DA UNIDADE	
61% DOS GESTORES DAS UNIDADES VISITADAS AFIRMARAM QUE OS EQUIPAMENTOS AUXILIARAM MAS NÃO EXTINGUIRAM AS REVISTAS PESSOAIS	



RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE 2017

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE REAPARELHAMENTO DA SENASP

A Política de Reaparelhamento da Senasp se vincula à Ação Orçamentária de Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública, a qual fomenta a implementação de projetos destinados à estruturação e modernização de órgãos e instituições de segurança pública federais, estaduais e guardas municipais. Em 2017 o montante de recursos previstos para esta Ação Orçamentária era de aproximadamente R\$437 milhões. O trabalho realizado pela CGU buscou avaliar a política com base em cinco elementos, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, e Gestão de Riscos e Controles Internos.

ATUAÇÃO DA CGU

Diante das conclusões apresentadas foram definidas, em conjunto com a unidade, recomendações para abordar os problemas encontrados, sendo que a Senasp finalizou e submeteu à CGU um Plano de Ação para fins de validação e acompanhamento.

AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA DA GESTÃO DAS AQUISIÇÕES NAS UNIDADES DO MJSP

O trabalho realizado teve por objetivo avaliar se a gestão realizada pelas unidades do MJSP na área de aquisições permitia a realização de aquisições estratégicas, eficazes e que atendessem aos preceitos legais. Foram selecionadas seis unidades do Ministério, sendo que em três delas (Senasp, Depen e Secretaria Executiva do MJSP) os trabalhos foram finalizados ainda em 2017 e nas outras três (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e FUNAI) os trabalhos se encerraram em março/2018. Foram avaliados cinco aspectos da área de aquisições de cada unidade, a saber: a estratégia organizacional, o ambiente de controle, a gestão de riscos, os processos licitatórios e contratuais, e a estrutura de recursos humanos.

RESULTADO

INSTITUCIONALIZAÇÃO

As atividades de reaparelhamento possuem suporte formal, porém é necessário aperfeiçoar os padrões de execução existentes, bem como definir com clareza as funções das organizações e as responsabilidades dos atores envolvidos.

PLANOS E OBJETIVOS

As atividades de reaparelhamento não possuem desdobramentos suficientemente construídos para, a partir da estratégia organizacional, permitir a operacionalização de ações que estejam alinhadas aos resultados esperados.

COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

Há necessidade de aperfeiçoar a forma de articulação existente entre os atores governamentais para que as atividades de reaparelhamento sejam desenvolvidas de maneira coordenada.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Os instrumentos para a execução das atividades de reaparelhamento não estão bem delimitados, o que inviabiliza a visualização clara de seus objetivos e afeta o adequado monitoramento e avaliação dos resultados da política.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos existentes não possuem controles internos capazes de identificar e responder aos riscos de forma que seja assegurada a conformidade das ações e o alcance dos objetivos e metas da política.

RESULTADO

De maneira geral demonstraram a necessidade de realização de melhorias em todos os aspectos analisados, notadamente na questão da gestão de riscos.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Destaca-se, pelos resultados obtidos, alcançando um equilíbrio entre os quesitos avaliados, sendo dois deles em nível intermediário (gestão de riscos e processos licitatórios e contratuais) e os demais (estratégia organizacional, ambiente de controle e estrutura de recursos humanos) em nível avançado.



PROGNÓSTICO DA CGU

AVALIAÇÕES EM 2018

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO NOS REPASSES DO FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Com a alteração da Lei Complementar nº 79/1994 pelas Medidas Provisórias nº 755/2016 e 781/2017 (posteriormente convertida na Lei nº 13.500/2017), criou-se a sistemática de repasses de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) diretamente para os fundos penitenciários estaduais. Assim, com base nessa alteração, foram repassados, entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2018, aproximadamente R\$ 1,8 bilhão, para que fossem aplicados na modernização e aprimoramento dos sistemas penitenciários estaduais. A CGU realizará, durante o exercício de 2018, fiscalizações in loco para avaliação da qualidade dos gastos realizados com os recursos repassados para cada Unidade da Federação. Assim, entre os itens a serem avaliados pode-se citar a verificação de planejamento prévio às aquisições, a possível ocorrência de sobrepreço/superfaturamento e a existência de previsão de recursos (humanos e orçamentários) para operação e manutenção dos objetos adquiridos/obras executadas. A partir dos resultados obtidos, pretende-se avaliar o cumprimento dos objetivos previstos na legislação.

AVALIAÇÃO TRANSVERSAL DO SISTEMA PRISIONAL NACIONAL

Será realizada uma avaliação dos arranjos institucionais das políticas públicas de promoção da cidadania no sistema prisional nacional quanto às capacidades técnico-administrativas e político-relacional, notadamente nos setores da saúde, da educação e do trabalho, nos âmbitos federal e estadual. Dentre os objetivos da auditoria, está previsto avaliar as capacidades constituídas, a atuação do Depen no planejamento e na coordenação da política nacional de serviços penais e a influência do arranjo institucional na eficácia das ações governamentais no âmbito penal. Visa-se, principalmente, avaliar a eficácia das políticas voltadas às condições de saúde, educação e trabalho dos presos de modo a possibilitar sua ressocialização após cumpridas as penas.

MAPEAMENTO DOS OBJETOS DE AUDITORIA NA POLÍCIA FEDERAL (PF) – VIABILIZANDO, SEGUNDO A IN CGU Nº03/2017, O PLANO DE AUDITORIA BASEADO EM RISCOS

Considerando a publicação da Portaria Conjunta MP/CGU nº 01/2016, que dispõe sobre Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como a publicação da Instrução Normativa CGU nº 03/2017, que aprova o referencial técnico da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal, a CGU decidiu realizar em 2018 trabalho que tem por objetivo realizar o Mapeamento de Objetos de Auditoria da Polícia Federal (PF).

A partir deste mapeamento, que tem por objeto uma avaliação baseada em riscos dos macroprocessos finalísticos da PF, a CGU terá insumos para direcionar, com base nos riscos mapeados, nos próximos três exercícios, suas fiscalizações, otimizando a alocação de recursos humanos e financeiros.